



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012655-79.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Patricia Aparecida das Dores**
 Requerido: **CIFRA S/A - Crédito, Financiamento e Investimento**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Patrícia Aparecida das Dores ajuizou ação de cobrança contra **Cifra S.A – Crédito, Financiamento e Investimento**. Alegou, em síntese, que é inventariante do espólio de José Donizete das Dores, falecido em 28 de fevereiro de 2014, o qual celebrou contrato de financiamento para aquisição de veículo com a ré mediante o pagamento de uma entrada no valor de R\$ 2.010,00 mais 36 parcelas de R\$ 410,38, aduzindo que o contrato ainda previu um seguro prestamista em caso de morte do devedor. Como o contratante faleceu no curso do contrato e a ré, mesmo assim, prosseguiu com as cobranças, as quais foram devidamente liquidadas pela autora, é de rigor a restituição dessas parcelas. Discorreu sobre a natureza do seguro contratado e da incidência do Código de Defesa do Consumidor. Por isso, a autora ajuizou a presente demanda, a fim de que a ré seja condenada a restituir as parcelas pagas, no valor de R\$ 11.080,26, com incidência de correção monetária e juros de mora. Juntou documentos.

A ré foi citada e apresentou contestação. Alegou, preliminarmente, ilegitimidade passiva, não cabimento do benefício da gratuidade de justiça e necessidade de correção do valor da causa. No mérito, sustentou não ter praticado ato ilícito, o que impede a imposição do dever de indenizar. Ainda, em razão disso, é incabível a condenação ao pedido de indenização por danos materiais na forma como pleiteada. Juntou documentos.

A autora apresentou réplica.

As preliminares foram afastadas e as partes intimadas para especificar eventuais provas que tivessem interesse em produzir.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
É o relatório.
Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois as alegações das partes e os documentos juntados bastam para o pronto desate do litígio.

As matérias preliminares arguidas na contestação foram afastadas pela respeitável decisão de fls. 101/102, motivo pelo qual não é necessária maior digressão a respeito.

No mérito, tem-se que a ré não se desincumbiu do ônus da impugnação específica, previsto no artigo 341, *caput*, do Código de Processo Civil, uma vez que preferiu discorrer genericamente sobre institutos e regras de Direito sem se ater às particularidades do caso concreto.

A autora pleiteia a restituição de parcelas pagas em razão do contrato de financiamento celebrado por José Donizete das Dores. O instrumento foi juntado aos autos (fls. 24/28) e percebe-se que, acessoriamente ao contrato principal, celebrou-se o chamado seguro prestamista.

O direito de quitação do contrato em razão do falecimento da parte devedora não foi questionado pela ré, de modo que se afigura incontroverso que as parcelas pagas pela autora desde a data do falecimento, sobre o que também não há controvérsia, devem ser restituídas, pois este seguro inserido na celebração do financiamento serve justamente para acautelar situações como a morte do contratante. No caso dos autos, o óbito ocorreu em 28 de fevereiro de 2014 (fl. 19).

Neste sentido: *AÇÃO INDENIZATÓRIA. Contrato de mútuo bancário firmado com seguro prestamista. Falecimento do segurado. Instituição financeira que deixou de declarar a quitação das parcelas vencidas, além de continuar cobrando o valor total da dívida e inscrever o nome do falecido nos cadastros de maus pagadores. Pleito objetivando a declaração da quitação do mútuo bancário, bem como indenização por danos morais e repetição do indébito do valor total do contrato, indevidamente cobrado. Sentença de parcial procedência, para declarar quitado o contrato de empréstimo, e inexigível qualquer débito decorrente do contrato referido nos autos, condenando a ré a*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

*restituir à autora o valor correspondente à soma de duas prestações indevidamente descontadas após o falecimento do segurado. Apelo da autora, objetivando seja a ré condenada ao pagamento de indenização por danos morais e materiais. Descabimento da repetição do indébito, porquanto a instituição financeira não agiu de má-fé. Danos morais não caracterizados na hipótese específica dos autos. Ausência de demonstração acerca da data em que a instituição foi informada do sinistro, não sendo possível presumir sua má-fé, ante o não pagamento das prestações vencidas após o falecimento do segurado-mutuário. Sentença mantida. Apelo desprovido. (TJSP; Apelação 1009310-47.2015.8.26.0047; Re. Des. **Ramon Mateo Júnior**; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro de Assis; j. 18/07/2017).*

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, para condenar a ré a restituir à autora as parcelas do financiamento pagas após o óbito do devedor, no valor de R\$ 11.080,26 (onze mil e oitenta reais e vinte e seis centavos) acrescidos de correção monetária, pelos índices da tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar do ajuizamento da ação e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação, extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Em razão da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, de acordo com os critérios previstos no artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 20 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**